



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Relatório de Atividades de 2023

O ano de 2023 foi extraordinário em luta dos professores pela valorização da profissão e em defesa da Escola Pública. Questões como a recuperação do tempo de serviço roubado aos professores, a revisão do regime de concursos ou a contestação ao atual regime de mobilidade por doença foram centrais na ação e na luta que os professores desenvolveram.

O ano iniciou-se com um acampamento junto ao Ministério da Educação, de 10 a 13 de janeiro, por este não iniciar o processo negocial relativo à recuperação do tempo de serviço e por manter propostas muito negativas para o futuro regime de concursos.

Logo de seguida, foram convocadas greves distritais e manifestações ou concentrações em cada distrito no dia da respetiva greve. Este primeiro ciclo de greves distritais ocorreu entre 16 de janeiro e 8 de fevereiro, tendo-se realizado, provavelmente as maiores greves de sempre de professores, com a generalidade das escolas encerradas um pouco por todo o país.

Três dias depois de concluídas as greves distritais, em 11 de fevereiro, realizou-se a maior Manifestação Nacional de sempre dos professores e educadores em Portugal, estimando-se que tenham participado cerca de cento e cinquenta mil pessoas.

A luta não parou e como se continuavam a realizar reuniões no ME, nas quais este não alterava as suas posições em relação aos concursos e reafirmava indisponibilidade para negociar a recuperação do tempo de serviço, cada reunião passou a ser acompanhada por concentrações junto ao ministério, quando se realizavam as reuniões. A sua dimensão e a pressão que estas faziam sobre os governantes levou o ministro a admitir cancelar a negociação, o que foi considerado como inadmissível chantagem sobre os professores.

Em 2 e 3 de março os professores voltaram a fazer greve, respetivamente no centro-norte e no centro-sul. Por terem sido decretados serviços mínimos, mais tarde declarados ilegais pelo tribunal, as manifestações previstas para estes dias foram adiadas para 4 de março, sábado, no Porto e em Lisboa, em simultâneo, com milhares e professores a corresponderem à chamada.

Face ao impasse negocial, realizou-se uma nova ronda de greves e concentrações distritais entre 17 de abril e 12 de maio. Embora o cansaço dos professores se tivesse sentido na mobilização, esta ronda de greves e concentrações distritais foi, de novo, grandiosa. O resultado não atingiu os valores anteriores, na ordem dos 95%, mas continuou a ser registada uma adesão muito elevada dos professores e dos educadores, na ordem dos 80%.

Entre 22 e 30 de maio, a Caravana “Pela Profissão Docente e pela Escola Pública” percorreu toda a Estrada Nacional 2, de Chaves a Faro, com a realização de concentrações no centro de algumas cidades e plenários junto a escolas.

Em 6 de junho (6-6-23, o tempo de serviço que está a ser roubado aos professores), os professores realizaram uma grande Greve Nacional, a que não foi alheio o simbolismo da própria data, tendo lugar duas grandes manifestações, no Porto e em Lisboa, respetivamente de manhã e de tarde, e mais uma vez com grande participação dos docentes.

Em 29 de junho teve lugar mais uma concentração de docentes das escolas de ensino artístico António Arroio e Soares dos Reis, face ao silêncio do ministério que parece não querer resolver o problema de grave instabilidade que vivem os professores destas escolas.

As ações que antes se referem foram promovidas, nuns casos, apenas pela FENPROF e noutros em convergência com outras organizações sindicais, mas com protagonismo da FENPROF na decisão, organização, mobilização e participação.

Neste ano de 2023 também foram desenvolvidas várias iniciativas junto dos tribunais, quer porque o ME requereu e os colégios arbitrais decretaram serviços mínimos para as greves realizadas, quer porque houve professores que tiveram faltas injustificadas e processos disciplinares por fazerem greve. Em todos os casos a FENPROF ganhou os processos, ainda que nos dias das greves a decisão não fosse conhecida, o que se traduziu numa ilegítima e ilegal pressão sobre os professores.

A FENPROF, em 2023, apesar da forte luta que foi desenvolvida por motivos de natureza específica, esteve sempre presente nas ações e lutas desenvolvidas pelo movimento sindical unitário, fosse no âmbito da Administração Pública, participando nas manifestações, greves e outras ações convocadas pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, fosse num quadro mais geral, as convocadas pela CGTP-IN.

Já no presente ano letivo, mas ainda em 2023, a FENPROF promoveu um Encontro de Quadros Sindicais, em 6 de setembro, no salão principal da Voz do Operário, para prosseguir uma luta que continuou a ser necessária.

Marcou uma semana de luta em outubro, na qual se incluía o Dia Mundial do Professor, com iniciativas de onde se destacaram uma Concentração Nacional junto à Residência Oficial do Primeiro-ministro, a inauguração da Estátua da Professora, no Funchal, e a Greve Nacional em 6 de outubro.

Entretanto, um pouco por todo o país foram colocados outdoors com mensagem dirigida aos professores, mas também à população em geral. Voltaram a ser colocados pendões junto a todas as escolas, com a mesma mensagem *“Pela Escola Pública, a luta continua; faltam professores é urgente valorizar a profissão”*. Nas escolas, foram colocados pendões com a mesma mensagem.

Na sequência de uma insinuação do ministro das Finanças, Fernando Medina, de que os professores pretendiam obter privilégios, só porque a sua capacidade de vocalização era superior à de outros setores, a FENPROF decidiu promover uma “Ação de Vocalização Reivindicativa” junto ao ministério das Finanças em 23 de outubro, tendo reunido, nesse dia, com a secretária de estado do Orçamento, a quem foram apresentadas as justas reivindicações dos docentes.

Em 12 de dezembro, a FENPROF e os seus Sindicatos de Professores estiveram presentes na Manifestação Europeia, realizada em Bruxelas, por altura da reunião do Conselho Europeu, de protesto contra as políticas de austeridade que continuam a ser impostas aos trabalhadores dos países da UE.

Antes, porém, em 7 de novembro, na sequência de um processo judicial designado Operação Influencer, o Primeiro-Ministro António Costa demitiu-se, fazendo cair o seu governo de maioria absoluta. A partir daí e com a marcação de eleições legislativas para março de 2024, o governo ficou com funções de gestão, deixando de ter competências negociais. Ainda assim, até final de novembro, o governo manteve funções plenas, pois o Presidente da República decidiu que o Orçamento do Estado deveria ser aprovado ainda pelo governo demissionário. Nesse período de discussão do OE para 2024, a FENPROF manteve-se ativa no desenvolvimento de ações próprias e também convergindo com outras ações convocadas pelo movimento sindical unitário.

No âmbito do Ensino Superior e Investigação, o ano foi de protesto, mas, igualmente de propostas que se sintetizaram numa Protocolo Negocial que o MCTES aceitou subscrever. Só que dada a lentidão com que fez avançar os processos negociais previstos, nenhum deles foi concluído, devido à demissão prematura do governo.

Para a história fica a enorme Manifestação Nacional de Investigadores, em 3 de maio, Dia Nacional do Cientista, contra a precariedade na Ciência, um dos principais flagelos do setor. Outras ações, principalmente concentrações e deslocações ao MCTES, permitiram que a FENPROF reafirmasse posições e apresentasse propostas que, por norma, o ministério recusou negociar.

Nestes setores foram de registar as amplas convergências alcançadas no plano da luta reivindicativa e também os contactos institucionais realizados, com destaque para CRUP e CCISP.

No que respeita ao Ensino Particular e Cooperativo, incluindo o setor social, a FENPROF manteve a pressão sobre a CNEF para equiparar o estatuto dos docentes do EPC aos do setor público, o que, no entanto, aquela confederação continuou a recusar. O regime de caducidade que o código de trabalho continua a albergar e a cedência de outras organizações sindicais, designadamente as filiadas na UGT, ao patronato, dificultam muito a concretização desta exigência.

Especificamente no setor social, a FENPROF manteve acordos salariais com CNIS e UMP. Estes acordos, bem como o CCT que foi celebrado para o EPC estão longe de corresponder às soluções que a FENPROF considera justas para os docentes dos setores em causa. O problema é que na ausência dos mesmos, os trabalhadores que representamos seriam ainda mais penalizados por entidades patronais que desvalorizam o trabalho e os trabalhadores.

Em relação ao Ensino Português no Estrangeiro, o secretário de estado das comunidades portuguesas não honrou o compromisso que assumira em 2022, de marcar reuniões negociais para revisão do regime jurídico e de outros aspetos, como a aprovação de novas tabelas salariais e de um novo regime de concursos. Não marcou e não respondeu aos pedidos apresentados pela FENPROF que, por isso, em 24 de julho, esteve na Fundação Calouste Gulbenkian, à entrada para o 8.º Encontro da Rede do Ensino Português no Estrangeiro, confrontando-o com a falta de palavra e exigindo a marcação de reunião.

A reunião foi marcada, apenas, para 2 de outubro e todos estes atrasos, a par da demissão do governo no mês seguinte, permitiu ao secretário de estado nada fazer para resolver os problemas que, um ano antes, reconheceu existirem e se comprometeu a resolver.

Relativamente aos docentes aposentados, foram pedidas reuniões aos Grupos Parlamentares da AR para discussão e reforço das reivindicações elencadas na Resolução da 3ª Conferência Nacional e a necessidade da revisão urgente da Lei 53-B/2006, que impede a atualização das pensões, não só no ano da reforma ou da aposentação, mas também no ano seguinte.

Participou nas concentrações, manifestações e jornadas de luta desenvolvidas pela Inter-Reformados e CGTP-IN pela defesa dos serviços públicos e funções sociais do Estado, o aumento de todas as pensões e reformas e pelo direito à saúde.

Para além da ação reivindicativa, que teve em 2023 um dos anos mais ricos e exigentes, a FENPROF também desenvolveu outra atividade.

Realizou inquéritos que lhe permitiram tomar posição sobre os mais diversos assuntos (educação inclusiva; graus de concretização dos planos de aprendizagem pelas escolas; condições de trabalho dos docentes...).

Promoveu o terceiro Ciclo de Debates / Curso de Formação, entre 22 de fevereiro e 31 de maio, sob a consigna “Ser Professor: direitos e deveres; práticas e resolução de problemas”, que voltou a ser um êxito, tanto ao nível da participação dos docentes, como, principalmente, da qualidade de cada sessão.

Em 5 de maio, a FENPROF assinalou o seu 40.º aniversário com a realização, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, da Conferência Internacional “**Valorizar a docência. Dar rosto ao futuro.**”. Neste 40.º aniversário, sublinhando o que a UNESCO tantas vezes tem afirmado: *a construção de um sistema educativo de qualidade é inseparável da valorização social e material da profissão docente*, a FENPROF recordou uma das suas campanhas mais emblemáticas: Somos

Professores. Damos Rosto ao Futuro. Foram oradores, além dos dirigentes de vários sindicatos de professores internacionais com quem a FENPROF mantém relações privilegiadas, António Sampaio da Nóvoa, Haldis Holst (Internacional da Educação) e Howard Stevenson (Universidade de Nottingham).

Em 10 de novembro, foi organizada a Conferência Nacional de Docentes dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário em que foram abordados o exercício da profissão e as condições de trabalho nestes setores de ensino. Nele, foram divulgados os resultados de um inquérito realizado junto dos docentes sobre as condições de trabalho, pelo qual se apurou que os docentes estão a trabalhar acima de cinquenta horas semanais. Foi aprovada uma Carta Reivindicativa para o setor.

Em 20 de dezembro foi lançado um inquérito visando apurar as condições em que os professores do 1.º Ciclo desenvolvem a sua atividade profissional.

Em 2023 também se realizou a 5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação que contou com cerca de um milhar de participantes, o que foi número record. A corrida e a marcha tiveram partida e chegada em Belém no dia 30 de setembro, com a novidade de, neste ano, se ter realizado de manhã, o que foi aplaudido por toda a gente, tanto mais que no final de setembro e início de outubro de 2023 as temperaturas estiveram muito elevadas.

No plano internacional, a FENPROF manteve a sua participação regular no âmbito do CSEE/ETUCE, da FMTC e da Internacional de Educação. De forma criteriosa, marcou presença em diversos congressos promovidos por organizações sindicais de diversos países.

Esteve presente e interveio no 1.º Congresso (presencial) da CPLP-SE, que se realizou em Amarante, de 19 a 21 outubro.

Em defesa da Paz, esteve presente e dinamizou iniciativas de solidariedade com povos que são vítimas de agressão exterior, por ocupação de parte ou totalidade dos seus territórios, como são os casos da Palestina, do Sahara Ocidental e da Ucrânia, ou de bloqueios internacionais criminosos, como acontece com Cuba.

Uma última palavra para os contactos desenvolvidos pela FENPROF, junto das mais diversas entidades e organizações nacionais e internacionais, visando declarar a relação professor(a)/aluno(a) como património da humanidade. Trata-se de uma declaração que carece de muitos contactos, muitos apoios e muita capacidade de diálogo internacional, mas da qual a FENPROF não desistirá.

Lisboa, 11 de maio de 2024

O Conselho Nacional da FENPROF